--- N.º 1/2018 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

--- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

--- **PRIMEIRO** – *INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)*-----

--- **SEGUNDO** – *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA FACOL – FARIA & COELHO, LDA, COM SEDE NO LUGAR DO CALVÁRIO, 2-A, NA FREGUESIA DE SERZEDELO, DO CONCELHO DE GUIMARÃES, NO MONTANTE DE 400.000.00€, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)*-----

--- **TERCEIRO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA REQUERENTE MEMÓRIA MAGMA, S.A., COM A MORADA DA EXPLORAÇÃO NA RUA DO CONDE, N.º 102, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE (S. COSME), TELHADO E PORTELA, CONCELHO DE V. N. DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)*-----

--- **QUARTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL A PRETENSÃO DA REQUERENTE MIROMA - SERVIÇOS E GESTÃO DE PARTICIPAÇÃO, LDA, COM SEDE NA TRAVESSA ALFERES MALHEIRO, N.º 99-4.º TRASEIRAS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CEDOFEITA, SANTO ILDEFONSO, SÉ, MIRAGAIA, SÃO NICOLAU E VITÓRIA, CONCELHO DO PORTO, PARA CONSTRUÇÃO DE SPA, DE APOIO A UM EMPREENDIMENTO TURÍSTICO CONSTITUÍDO POR HOTEL RESORT E SPA, SITO NA AVENIDA DO AZIVEIRO, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE (S. COSME),*

TELHADO E PORTELA, DESTE CONCELHO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **QUINTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 33º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TOMAR CONHECIMENTO E APROVAR, PARA EFEITOS DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO DA RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA À PRESENTE PROPOSTA E QUE POR ECONOMIA E BREVIDADE, AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA, PASSANDO AS MESMAS ASSIM A INTEGRAR O INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **SEXTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DENÚNCIA DO ACORDO DE EXECUÇÃO E DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS ANTERIORMENTE CELEBRADOS NESTAS MATÉRIAS, AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE ACORDOS DE EXECUÇÃO, AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO “ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS” E “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE SERVIÇO DE CÓPIAS”, DE IGUAL VALOR, PARA OS ANOS 2019, 2020 E 2021, EFETUAR OS PAGAMENTOS RESULTANTES DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DE ACORDO COM AS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO E DESDE QUE SE VERIFIQUE A EXISTÊNCIA DE FUNDOS DISPONÍVEIS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

--- ADELINO SILVA COSTA -----

--- AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----
--- ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA -----
--- ANDRÉ LUIS LOPES OLIVEIRA -----
--- ANDREIA FERREIRA TAVARES -----
--- ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO -----
--- ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----
--- ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO ----- **FALTOU-JUSTIFICOU** -----
--- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----
--- ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA -----
--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL -----
--- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----
--- ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----
--- ARMINDO FERNANDES GOMES -----
--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----
--- AVELINO FREITAS SILVA -----
--- BERNARDINO GOMES MARTINS -----
--- CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO -----
--- CARLA SOFIA SANT'ANA AFONSO R. FARIA -----
--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----
--- CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
--- CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA -----
--- CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO -----
--- CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
--- DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO -----
--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----
--- DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
--- EMÍDIO RUBIM SOUSA SANTOS -----
--- FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
--- FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
--- FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----

--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
--- HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA-----
--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO-----
--- JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA-----
--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
--- JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO -----
--- JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO-----
--- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----**FALTOU-JUSTIFICOU**
--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
--- JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----
--- JOSÉ LUIZ SAMPAIO ALVES-----
--- JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA -----
--- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
--- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
--- LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ-----
--- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
--- MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----**FALTOU**-----
--- MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----
--- MANUEL SILVA ALVES-----
--- MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES -----
--- MARIA ESTELA SA VELOSO CARDONA-----
--- MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA -----
--- MARIA INÊS MOREIRA VIEIRA GOMES -----
--- PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----
--- PAULO CESAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----
--- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
--- PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----
--- PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----

--- RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----

--- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA-----

--- RUI MIGUEL SÁ FARIA-----

--- RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

--- SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----

--- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – informou que havia dado entrada nos serviços da Assembleia Municipal uma proposta do relatório anual de execução do plano de gestão e de riscos de corrupção e infrações conexas e que o mesmo ficava disponível nos serviços.-----

--- Deu a conhecer à Assembleia Municipal as seguintes adjudicações relativas à autorização de assunção de encargos plurianuais: -----

--- GRÁFICA, LDA – Impressão e acabamentos gráficos do boletim municipal.-----

--- ANO – Sistemas de informática e serviços, LDA – utilização da plataforma eletrónica de compras do município.-----

--- GRUPNOR – Grupo Português de elevadores do Norte, LDA – Conservação e assistência técnica aos elevadores instalados nos edifícios municipais e programa aproximar.

--- REGOLDI – Comércio de Produtos e Manutenção Industrial, LDA – Serviço de limpeza para os edifícios municipais.-----

--- AGUASISTEMAS – Produtos e Serviços para Água e Ambiente, LDA – Material em PVC e caixas de contadores.-----

--- NITÉCNICA – Material Elétrico, LDA – Material elétrico.-----

--- OLMAR – Artigos de Papelaria, LDA – Material de escritório.-----

--- Colocou à discussão e votação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 28 de dezembro de 2017.-----

--- *Posta à votação a ata da sessão ordinária do dia 28 de dezembro de dois mil e dezassete, foi a mesma aprovada, por unanimidade.*-----

--- Deu conhecimento da entrada na Mesa de sete documentos que a seguir seriam apresentados pelos respectivos partidos com assento na Assembleia Municipal.-----

--- Foi distribuída a proposta da Camara Municipal, de alteração ao sexto ponto da ordem de trabalhos, passando as respetivas alterações a fazer parte integrante do mesmo que será posteriormente votado.-----

--- **DANIEL SAMPAIO (CDU)** – fez a leitura de uma moção apresentada pelo grupo municipal da CDU que é do seguinte teor:-----

---“Volvidos mais de 100 anos desde a Conferência Internacional de Mulheres de 1910, os direitos conquistados, em Portugal e muitos outros países, são hoje uma realidade da nossa democracia. Persistem, porém, muitos entraves à sua emancipação política, económica e social, por ações discriminatórias à condição do seu género no plano salarial, moral e sexual, na negação do direito ao trabalho sem sujeição à desumana precariedade. O lucro não pode sobrepor-se à dignidade das pessoas. -----

--- Em Portugal, em resultado do 25 de Abril, muitas foram as conquistas alcançadas pelas mulheres, das quais se destaca: ampliação do período de licença de maternidade; dispensa de trabalho para consultas pré-natais e amamentação; a participação e exercício em cargos políticos; o acesso às carreiras da magistratura, diplomática, militar e policial e, mais recentemente, o direito à interrupção voluntária da gravidez, sob aconselhamento psicológico e com assistência médica. -----

--- Apesar destes progressos, verifica-se em muitos casos um aumento da precariedade laboral que, entre muitos outros aspetos, afeta a vida das famílias, em particular a das mulheres que laboram nas empresas do setor têxtil e do calçado, sedeadas neste Concelho. São essas políticas que destroem a coesão social e causam instabilidade nas famílias e no tecido social. Como sempre, as mulheres pagam a fatura mais pesada: são as mais afetadas pelo desemprego; pelo emprego sem direitos; pelo excesso de carga horária laboral e trabalho a tempo parcial; e recebem menores salários. -----

--- Como se não bastasse, têm ainda como mães preocupações com a falta de equipamentos de apoio social, onde colocar os filhos enquanto trabalham. Muitas mulheres são mesmo forçadas a regressar ao lar, hipotecando o seu futuro e o dos filhos ou sujeitam-se a grandes

deslocações e seus elevados custos, por via dos encerramentos de fábricas, como é o caso das ex-trabalhadoras da RICON. -----

--- A luta pela emancipação e igualdade de direitos da mulher é de homens e mulheres, pelo que a CDU manifesta apoio às manifestações do Dia Internacional da Mulher que se realizam pelo país, de entre as quais destaca a promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres e Movimento Sindical Unitário, a realizar em Lisboa, no dia 10 de Março. -----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, em 22 de Fevereiro de 2018, decide:-----

--- 1.º - Apelar a que todos os famalicenses, mulheres e homens, adiram às comemorações e celebração do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher -, tornando digna e justa a sua participação política, social e laboral, no país e no mundo, contra todas as discriminações, pela Igualdade e pela Paz. -----

--- 2.º - Enviar esta moção para a Comunicação Social.-----

--- **ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – fez a leitura de um voto de saudação e congratulação apresentado pelos grupos municipais do PSD e CDS-PP, que é do seguinte teor: -----

--- “Como é do conhecimento público, a declaração de insolvência e o consequente encerramento das empresas que fazem parte do “Grupo RICON” fez com que cerca de 600 trabalhadores perdessem os seus postos de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes. -----

--- Constituindo um verdadeiro drama para as famílias abrangidas, a cessação dos postos de trabalho, cujas causas não nos cumpre analisar, só não terão consequências mais gravosas atento o clima de desenvolvimento económico e social que tem atravessado o nosso concelho.-----

--- As forças vivas do concelho, e neste particular, as empresas, tem sabido corresponder à necessidade que a situação acarreta, oferecendo emprego para cerca de 350 postos de trabalho.-----

--- O direito ao trabalho é um direito de natureza constitucional, possuindo foros de verdadeiro direito social e fundamental.-----

--- Mais do que assegurar a proteção no desemprego, importa assegurar e ajudar na consolidação e criação de postos de trabalho, devendo tal tarefa recair sobre as instituições

privadas e a sociedade civil, coadjuvadas, naturalmente, por políticas de natureza social e económica apropriadas por parte dos entes públicos.-----

--- Neste ponto particular, é de salientar toda a atividade que, de forma sustentada, tem vindo a ser desenvolvida por este executivo a nível de empreendedorismo, traduzida na promoção e criação de novas empresas e novos postos de trabalho, que tem criado nas forças vivas o necessário clima de confiança e desenvolvimento. -----

--- Também, neste ponto particular, é de saudar a tomada de medidas urgentes por parte do executivo camarário, através da criação de uma linha de apoio, concebida para apoiar os trabalhadores que perderam os seu postos de trabalho, e que tem configurado uma verdadeira bolsa de emprego, e através da tomada de medidas de natureza social visando a proteção dos que apresentam um nível relevante de carência económica, através do encaminhamento para programas de requalificação e formação profissional. -----

--- Face ao exposto, propõem os Grupos Municipais signatários que esta Assembleia Municipal delibere: -----

--- 1. Emitir um voto de saudação e solidariedade para com todos aqueles que perderam os seus postos de trabalho, e que assim atravessam um período de enormes dificuldades;-----

--- 2. Ao mesmo tempo, emitir um voto de congratulação a todas as empresas e forças vivas do concelho, que tem sabido, através das suas iniciativas, criar emprego, e assim riqueza e estabilidade social para o nosso concelho; -----

--- 3. De igual modo, emitir um voto de congratulação, pela tomada de medidas de apoio social, por parte do executivo municipal em conjugação com o Centro de Emprego e Formação Profissional, que em muito têm contribuído para o desagramento da situação de consequências tão nefastas.” -----

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – fez a leitura de um voto de protesto apresentado pelos grupos municipais do PSD e CDS-PP, que é do seguinte teor:-----

--- “No início do presente ano, foi a população de Riba de Ave surpreendida com o encerramento da Estação de CTT existente nessa Vila. -----

--- O encerramento em causa deveu-se a decisão unilateral dos CTT. -----

--- Tal decisão que indubitavelmente não serve o interesse público, lesa de modo grave os interesses e direitos da população de Riba de Ave, que, assim, uma vez mais se viu

confrontada com situações que a prejudicam sem causa justificativa, e que se seguem a outras tomadas quer no âmbito do ensino associativo, quer no âmbito da atividade bancária, com o encerramento do balcão da instituição bancária pública, Caixa Geral de Depósitos, SA.-----

--- Na verdade, a Vila de Riba de Ave nestes últimos dois anos tem sido confrontada com a perda do segundo e terceiro ciclo do ensino básico, e com a privação de ensino secundário público, por força do corte dos Contratos de Associação, bem como com a decisão unilateral da única instituição bancária pública, de encerramento da agência nessa Vila.-----

--- Agora, vê-se confrontada com o encerramento de uma infraestrutura que é básica e essencial, o que constitui um prejuízo enorme para a população de Riba de Ave e freguesias vizinhas.-----

--- Uma política de necessária descentralização, e de são desenvolvimento e de coesão territorial, não pode pactuar com atos arbitrários que não cuidam dos interesses das populações, razão pela qual, estando em causa um contrato de concessão respeitante a um serviço público, se exige uma posição clara dos governantes e do poder central, que têm o imperioso dever de zelar pelo cumprimento da legalidade e bem-estar das populações. -----

--- Neste ponto particular, não se poderá deixar de registar, de forma muito positiva, a iniciativa da Junta de Freguesia da Vila de Riba de Ave, ao assegurar de forma vincada, as estruturas humanas e físicas, para que se assegurem as prestações de serviços anteriormente realizados pelo posto dos CTT.-----

--- Face ao exposto, propõe-se que esta Assembleia Municipal delibere: -----

--- 1. Transmitir o seu protesto junto do Conselho de Administração dos CTT, demonstrando o seu repúdio pela decisão de encerramento do balcão de Riba de Ave;-----

--- 2. Interpelar o Governo de Portugal, através do Senhor Primeiro Ministro, solicitando ao mesmo a tomada de medidas urgentes no sentido de, junto da Administração dos CTT, ser operada a imediata reversão da decisão de encerramento do posto da Vila de Riba de Ave, atento o impacto nefasto junto da população.-----

--- 3. Transmitir à Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia de Riba de Ave, os termos deste voto, solidarizando-se com as mesmas na defesa dos interesses e direitos legítimos dos cidadãos da Vila de Riba de Ave.”-----

--- **ANTÓNIO JACINTO COSTA (PS)** – fez a leitura de um voto de protesto apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista, que é do seguinte teor: -----

--- “O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão está solidário para com as populações atingidas pela decisão “ilegítima” da “gestão privada dos CTT” sobre o encerramento de estações dos CTT no concelho.-----

---A Sociedade CTT – Correios de Portugal, é o principal prestador de serviços postais português, que o “estado alienou 100% do capital a privados”, numa decisão do Governo anterior de maioria PSD/CDS, mas onde subsiste um contrato de serviço público em vigor e que o grupo parlamentar do Partido Socialista “anunciou que vai recomendar ao Governo uma avaliação das responsabilidades contratuais subjacentes à concessão em vigor entre o Estado e os CTT”. -----

--- Os Correios de Portugal nunca deveriam ter sido privatizados. A coligação PSD/CDS, que governou o país, com o apoio do Dr. Paulo Cunha, privatizaram um serviço com 500 anos de existência, de inestimável valia para as populações e que cumpre um função social impar.-----

---Uma vez nas mãos dos privados, o Banco e o lucro passou a ser o principal objetivo dos CTT, somando-se a degradação dos serviços prestados. Os resultados à vista: o atendimento lastimável nos balcões em funcionamento, com as filas a prolongarem-se para o exterior dos edifícios, desmantelamento de postos de trabalho, assim como inúmeras estações de correio encerradas por todo o país, como anunciado, recentemente, no âmbito de um novo plano de reestruturação, que consideramos uma decisão ilegítima da gestão privada dos CTT. -----

--- Perante o exposto, o Grupo Municipal do PS, em defesa das populações, protesta pelo encerramento da loja CTT Riba de Ave.” -----

--- *O grupo municipal do Partido Socialista entregou um voto de congratulação que prescindiu de fazer a sua leitura que é do seguinte teor: -----*

--- O Centro Social Paroquial de Ribeirão (CSPR), em Famalicão foi um dos vencedores do Programa EDP Solidária – Inclusão Social 2017, da Fundação EDP, que tem por objetivo apoiar projetos que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em particular das socialmente desfavorecidas, a integração de comunidades em risco de exclusão social e a promoção do empreendedorismo social. -----

--- O projeto premiado foi “Estufa Acessível em Hidroponia”, que pretende diversificar uma atividade ocupacional cujos fins terapêuticos e de reconhecimento/valorização das habilidades produtivas das pessoas com deficiência e incapacidade (PCDI) possam ser efetivadas, principalmente, pela sua integração no regime de atividades socialmente úteis. É neste âmbito que a Fundação EDP reconhece a validade e relevância das estufas acessíveis em hidroponia do CSPR na área social, sendo o trabalho desenvolvido pelo Centro Social Paroquial de Ribeirão nesta iniciativa inovadora verdadeiramente extraordinário com os consequentes benefícios para a qualidade de vida dos seus utentes que experimentam assim o que de mais moderno se pode fazer nesta área. -----

--- Os trabalhos de implantação/execução estão a decorrer ficando a estufa com 1100 metros quadrados de área coberta, sendo 1000 metros quadrados de produção em hidroponia e 100 metros quadrados de área técnica, sendo este um projeto desenvolvido pelo Centro Social Paroquial de Ribeirão com muita dedicação e empenho pela sua exigência, trabalho e necessidade de significativos investimentos financeiros. Esta estufa produz desde setembro de 2016 e até à presente data e conta já com cerca de cinco toneladas de produção de hortícolas folhosas. -----

--- Assim, o Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, consideram que a excelência do projeto “Estufa Acessível em Hidroponia”, agora premiado ao mais alto nível pelo Programa EDP Solidária – Inclusão Social 2017, da Fundação EDP, e o trabalho de grande valor e mérito social que o Centro Social Paroquial de Ribeirão tem realizado em prol de Vila Nova de Famalicão e dos famalicenses, merecem a expressão pública do reconhecimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a congratulação pela atribuição ao Centro Social Paroquial de Ribeirão do prémio Programa EDP Solidária – Inclusão Social 2017, da Fundação EDP. -----

--- Nestes termos, propomos: -----

--- a) A aprovação pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão da presente Proposta de Voto de Congratulação ao Centro Social Paroquial de Ribeirão com o texto supra e nos termos que a mesma contém; -----

--- b) Que, sendo a referida Proposta de Voto de Congratulação ao Centro Social Paroquial de Ribeirão aprovada, se dê conhecimento desta ao Centro Social Paroquial de Ribeirão, à

Fundação EDP e se proceda à divulgação deste Voto de Congratulação pelo público e comunicação social.”-----

--- **RUI FARIA** – fez a leitura de um voto de pesar apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista, que é do seguinte teor:-----

--- “O Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta um sentido “Voto de Pesar” pelo falecimento de Daniel Fernando Oliveira Machado.-----

--- Daniel Machado foi, durante vários anos, uma presença assídua nesta casa, fazendo parte integrante da memória da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão.-----

--- Foi um autarca interventivo e interessado, na defesa da sua freguesia de Portela Santa Marinha. -----

--- Era uma pessoa frontal, autêntica, que amava a sua freguesia e o seu Concelho.-----

--- Pelo seu percurso, atividade política e autárquica, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:-----

--- 1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor Daniel Fernando Oliveira Machado, guardando um minuto de silêncio em sua memória;-----

--- 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”. -----

--- **PAULO COSTA (BE)** - fez a leitura de uma moção apresentada pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda que é do seguinte teor: -----

--- “Consideração prévia:-----

--- A praga do trabalho precário (e é mesmo assim que temos que considerar esta chaga social que afeta centenas de milhares de famílias portuguesas) não é pela primeira vez trazida a esta assembleia; está precisamente a fazer oito anos que o grupo municipal do BE apresentou aqui uma moção no sentido deste Município extinguir o trabalho precário no que respeita aos seus trabalhadores, infelizmente, à época, votada ao insucesso. -----

--- De todo o modo e porque sempre nos preocuparam as condições dos trabalhadores e, por proximidade, as condições dos trabalhadores deste concelho e deste Município, em Janeiro do ano transato, a pergunta feita por este grupo municipal que agora de novo vos interpela,

este mesmo executivo - mesmo que o não seja de um ponto de vista estritamente formal – respondeu em Abril do mesmo ano que, à data, desempenhavam funções ao serviço do Município, como trabalhadores precários, o (impressionante) número de 185 pessoas, sendo 141 com contratos de prestação de serviços e 44 ao abrigo de contratos emprego inserção (sem e com mais). -----

--- Registe-se entretanto que, em reunião tida no passado dia 18 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou reconhecer como postos de trabalho que correspondem a necessidades permanentes do Município e sem “vínculo jurídico adequado”, os constantes de um mapa anexo à proposta em crise, e onde se podem contabilizar 71 postos de trabalho, sendo 47 técnicos superiores, 16 assistentes técnicos e 8 assistentes operacionais.-----

--- Esta disparidade de 114 trabalhadores é significativa, mesmo atendendo aos auxiliares de ação educativa entretanto contratados e uma ou outra particular situação de prestadores de serviços e/ou avençados.-----

--- Isto posto, e considerando que a precarização do trabalho só poderá ser entendida como uma degradação das relações laborais. Não apenas no sector privado, mas também no Estado, disseminam-se múltiplas modalidades de emprego precário e multiplicam-se vínculos não permanentes. Também nas autarquias é assim. -----

--- O artigo 19º da Lei do Orçamento do Estado para 2016 determinou a realização de Levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública. O Relatório sobre esse Levantamento foi divulgado a 31 de Janeiro de 2017, revelando a dimensão desta realidade. No que diz respeito à Administração Local e ao Sector Empresarial Local foram identificados, à data de 30 de Junho de 2016, 12 738 trabalhadores enquadrados por Contratos Emprego Inserção e Contratos Emprego Inserção +, 1 048 estagiários enquadrados pelo regime jurídico do programa de estágios profissionais na administração local (PEPAL) que consta do Decreto-Lei nº 166/2014, de 6 de Novembro, 5 772 prestadores de serviços (os designados recibos verdes), 4 532 contratos a termo resolutivo na Administração Local e 2 149 no sector empresarial local.-----

--- Com o referido Relatório estabeleceu-se também que a Direção-Geral da Administração Local (DGAL) deveria proceder a um levantamento junto das autarquias locais, até 31 de Outubro de 2017, das funções desempenhadas ao abrigo dos instrumentos de contratação a

que se referia o mencionado documento. Em Dezembro de 2017, foram conhecidos os dados reportados à DGAL, nos quais os organismos da administração local reconheciam haver 15.758 trabalhadores precários a assegurar funções permanentes, dos quais cerca de metade (46,6%) são desempregados com contratos financiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O número - indicado pelas câmaras, juntas de freguesia, empresas locais, serviços municipalizados e entidades intermunicipais - representa 14% do total de trabalhadores do sector local.-----

--- O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) é, mais do que uma oportunidade, um repto para que finalmente sejam respeitados os direitos mais elementares dos trabalhadores que garantem os serviços públicos. Todos os organismos públicos, na Administração Central ou Local, são chamados a cumprir a lei, regularizando as situações de precariedade. A Lei nº 112/2017, de 29 de Dezembro, prevê os procedimentos do processo de regularização e integração dos trabalhadores precários do Estado, em que se incluem as autarquias locais e os seus diversos organismos: Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados, Entidades Intermunicipais, Empresas Locais, Juntas de Freguesia. -----

--- Ora, tendo esta Câmara Municipal respondido, em Outubro passado, ao inquérito realizado pela parte da Direção-Geral da Administração Local, trata-se agora de concretizar a regularização de todas essas situações, dando cumprimento a um objetivo da maior importância: o restabelecimento da normalidade no que às relações laborais no sector público diz respeito. -----

--- Assim, esta Assembleia Municipal, reunida a 22 de Fevereiro de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão:-----

--- 1) A divulgação, num prazo máximo de 8 dias, dos dados remetidos pela Câmara Municipal à Direção Geral da Administração Local relativos à existência de todos vínculos precários na autarquia, discriminando o tipo de vínculo, a categoria profissional e as funções desempenhadas; -----

--- 2) A implementação de um processo de regularização de todos os vínculos precários existentes na autarquia, recorrendo aos mecanismos previstos no PREVPAP e conforme previsto no nº 3 do artigo 2º da Lei nº 112/2017; -----

--- 3) Que, na execução do processo de regularização, deve a Câmara prever, conforme previsto no n.º 5, do artigo 3.º, daquele diploma: -----

--- a) uma fase para apresentação de requerimentos pelos interessados, aberto a todos os trabalhadores com vínculos precários, com vista a requerer a sua inclusão no processo; -----

--- b) a definição de uma comissão paritária, composta por representantes da Câmara Municipal e dos trabalhadores, com a missão de avaliar as situações a regularizar. Esta comissão deve debruçar-se sobre os casos que resultam da apresentação de requerimento e outros que sejam sinalizados por algum dos seus membros; -----

--- c) um prazo máximo de 2 meses para análise dos processos e abertura dos procedimentos concursais que possam ter lugar; -----

--- 4) Até à conclusão do processo de regularização, travar o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade, renovando ou impedindo a cessação de qualquer vínculo não permanente e que possa ser apreciado para regularização.” -----

--- **ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Muito brevemente para tecer algumas considerações quanto aquilo que vai ser a nossa posição aos votos que nos apresentaram.-----

--- Em relação ao voto da CDU, é óbvio que em termos de conteúdo e de substancia, estamos solidários com a iniciativa e com o dia internacional da mulher, não poderemos é permitir que essas iniciativas sejam da exclusiva tendência sindical ou partidária e, portanto, somos forçados a abster-nos.-----

--- Quanto ao voto de protesto do Partido Socialista em relação ao encerramento da estação dos correios dos CTT, diremos que se o Partido Socialista quisesse realmente a nossa adesão, teria feito um voto com considerandos que sabe que nós não podemos aceitar. “Eu penso que sou livre de exprimir a minha posição”. E, portanto a nossa posição está em oposição com a vossa. Nós não vemos a iniciativa privada como um bicho-de-sete-cabeças, sabemos que a iniciativa privada promove a riqueza do país, o que não quer dizer que todas as empresas o façam. Estamos veemente contra o encerramento do posto dos CTT em Riba de Ave, estamos contra uma decisão que nós entendemos que é ilegal, mas daí não podemos aceitar que tudo isto seja causado pela privatização do anterior governo. Relembro tão-

somente, que eram ainda os CTT um instituto público dependente do Estado, quando foram encerrados os postos de Bairro, de Nine e de Delães. -----

--- Quanto ao voto de congratulação iremos apoiá-lo.-----

--- Quanto à moção do Bloco de Esquerda, nós pensamos que parte desta moção esteja desatualizada, porque a Câmara já deliberou nesse sentido. -----

--- Entretanto gostaríamos também de dizer que entendemos que o ponto segundo dessa mesma moção, não cumpre a legalidade e portanto somos forçados a votar contra.”-----

--- **LUÍS MONIZ (PS)** – disse: -----

--- “Relativamente aos votos que foram apresentados, nós iremos votar favoravelmente todos eles com algumas referências. Temos também algumas dúvidas, não quanto aos propósitos, mas quanto à legalidade de toda a proposta do Bloco de Esquerda, seria importante esse esclarecimento quanto à possibilidade que nós temos ainda de fazermos algum tipo de avanço no âmbito do PREVPAP, mas se tal for possível legalmente admissível nós votaremos a favor. -----

--- Relativamente aos votos apresentados pelos grupos municipais do PSD e CDS-PP, há uma grande diferença que nós temos! É que interessa-nos valorizar o essencial e desvalorizar o acessório. E desvalorizar algumas considerações políticas que são normais fazer-se no âmbito dos votos e fixar-nos naquilo que é essencial. Por isso, ao contrário do que vocês fizeram relativamente ao nosso voto, nós vamos votar favoravelmente os votos que apresentaram, nomeadamente o voto de protesto relativamente ao encerramento do posto dos CTT de Riba de Ave. -----

--- Mas, a este propósito, eu gostaria de obter, se for possível, um esclarecimento dos grupos municipais, porque penso que esta proposta colide com uma deliberação da Câmara Municipal tomada no dia de hoje! É que, neste voto, tem no seu ponto número dois, “Interpelar o Governo para imediata reversão da decisão de encerramento do posto da Vila de Riba de Ave”, parece-me que foi votada hoje na reunião de Câmara uma transferência, uma verba para a Junta de Freguesia, para nela construir ou levar a cabo, o novo posto dos CTT de Riba de Ave. Por isso, se a Câmara delibera transferir sessenta mil euros e agora o grupo municipal está a pedir para os CTT reverter a decisão, gostaríamos que nos esclarecessem se vai haver reversão e se vamos aguardar pela reversão do encerramento, ou

se os CTT reverterem a decisão de encerrar, se a Junta vai devolver os sessenta mil euros à Câmara Municipal para esse fim! O que nós entendemos, e daí o nosso voto favorável a este protesto, é que o que devia ter sido assumido desde o início, era o que está aqui, é transmitir o repúdio ao Conselho de Administração dos CTT, interpelar o Governo para que possa tomar iniciativas, e já estão a ser tomadas as iniciativas nesse sentido, e transmitir ao povo de Riba de Ave a sua solidariedade. Porventura teria sido mais ajuizado não avançar mais do que isto, ao contrário do que foi feito.”-----

--- **RICARDO COSTA (CDS-PP)** – disse: -----

---“O grupo municipal do CDS-PP face aos documentos que nos foram apresentados estamos alinhados com o nosso parceiro de coligação e, no que diz respeito à moção apresentada pela CDU, apesar de concordarmos na generalidade, não concordamos com a fundamentação apresentada. -----

--- Relativamente ao voto de protesto apresentado pelo Partido Socialista, nada mais dizemos que os argumentos apresentados pelo Partido Socialista não contam com o apoio do CDS-PP. De maneira alguma podemos votar a favor deste voto. -----

--- Relativamente ao voto de congratulação e ao voto de pesar apresentado pelo Partido Socialista, vamos votá-los a favor. -----

--- Relativamente à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, até pelos já fundamentos apresentados anteriormente pelo PSD, vamos votar contra.”-----

--- **DANIEL SAMPAIO (CDU)** – disse: -----

--- “É só uma pequena questão, não é fazer criar embaraço na discussão relativamente às moções, mas relativamente ao que o senhor deputado Álvaro Oliveira disse, eu só queria fazer um pequeno comentário que é o seguinte:-----

--- Eu percebo que não será aqui o local ideal para discutir a privatização dos CTT. E também percebo senhor deputado o facto de não querer discutir a privatização, mas ao mesmo tempo torneou a possibilidade que se está a passar efetivamente, de haver uma espécie de nacionalização ao endereçar responsabilidades dos CTT à Junta de Freguesia. É, e o PCP também se opõe a isto.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Eu se bem percebi, e talvez não tenha percebido bem, considera o PSD, salvo erro, que o número dois da proposta do Bloco de Esquerda é ilegal. Falou em ilegalidade. Quer dizer, se lermos o número três da referida lei da 112/2017, não estou a ver onde é que se descortina tal ilegalidade! Mas pronto! Reza o número 3 “No âmbito das autarquias locais nas situações de exercício de funções relativamente às quais existe a decisão do respetivo órgão executivo que reconheça as mesmas, que as mesmas correspondem a necessidades permanentes, e que o vínculo jurídico é inadequado” isto consta da proposta da Câmara Municipal na regularização dos tais 71 trabalhadores. Só que, convenhamos, quer dizer, como todos nós bem sabemos, os 71 está muito aquém da quantidade de pessoas que trabalham no município com vínculos precários e que vão, infelizmente, percorrer uma via-sacra às vezes de anos e anos a recibos verdes, até que os executivos possam de alguma forma reconhecer que são uma necessidade permanente. E é esta discussão da necessidade permanente que aqui importa frisar. O município sabe perfeitamente, celebrou contratos, o senhor Presidente da Câmara assina com alguma frequência contratos de prestação de serviços com pessoas que trabalham nas piscinas, no gabinete de atendimento ao cidadão, na loja do cidadão, em variadíssimos espaços de trabalho do município, em serviços afetos ao município. É importante reconhecer que são necessidades permanentes do serviço público prestado pelo município. É importante que se lhes reconheça os direitos e a estabilidade a essas pessoas. Nós lamentámo-nos muitas vezes de quebras de natalidade, das agruras da vida moderna e devemos como entidade responsável, devemos colaborar para atenuar todas essas realidades.” -----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse: -----

--- “Relativamente ao assunto dos CTT de Riba de Ave, é pena que o único deputado que votou favoravelmente à privatização dos correios, não esteja aqui presente hoje, até para nos explicar isto que aconteceu. -----

--- Isto que está a acontecer em Riba de Ave é o reflexo do emaranhado que a coligação Passos Coelho/Paulo Portas fizeram ao nosso país, tentando vender ao desbarato e tentando privatizar à força toda o serviço público! Isto é reflexo daquilo que esta bancada aqui neste momento não concorda, que foi a privatização desmedida do serviço público! -----

--- **HELDER PEREIRA (CDS-PP)** – disse: -----

--- “Relativamente à questão dos CTT é importante esclarecer uma situação que eu penso que dará alguma seriedade a esta discussão. É que é preciso perceber por que é que os CTT foram privatizados! Os CTT foram privatizados ao abrigo de um memorando de entendimento assinado pelo Partido Socialista em 2011 e que o Governo PSD/CDS-PP foi obrigado a privatizar. Senhor deputado se o Governo do Partido Socialista não concorda com o fecho destas valências dos CTT, que faça como que fez com a TAP, que reverta a privatização dos CTT.” -----

--- **PRESIDENTE DE JUNTA DE RIBA DE AVE (SUSANA PEREIRA)** – disse:-----

--- “O assunto dos CTT de Riba de Ave está neste momento assegurado pela Junta de Freguesia. Eventualmente, espero eu, que muitas empresas venham a escolher Riba de Ave e os CTT voltem a escolher Riba de Ave para instalar uma estação em Riba de Ave e aí voltem a retirar os CTT da Junta e a instalar uma estação lá. Mas como esse problema está resolvido, eu gostava era que o maior problema que temos em Riba de Ave neste momento, que é a questão das escolas e para a qual não temos solução, e eu não consigo resolver, esta Assembleia me conseguisse ajudar. Esse é que é o grande problema e que eu não consigo na Junta de Freguesia arranjar solução. E uma vez que eu vejo tanto empenho aqui em relação aos CTT, peço o mesmo empenho para a resolução do problema das escolas, porque tenho sempre, sempre na Junta de Freguesia muita gente a apresentar-me problemas relacionados com as escolas, ou porque estão prestes a perder o emprego direto ou indireto, ou porque os seus filhos têm que se levantar às sete da manhã e chegar às sete da tarde a Riba de Ave.” ---

--- **LUÍS MONIZ (PS)** – disse: -----

--- “Nós continuamos à espera de um esclarecimento que pensei que era o que a senhora Presidente de Junta vinha cá fazer, mas veio fazer um exercício da pura demagogia que sinceramente não lhe fica bem. -----

--- Entendemos, senhora Presidente de Junta, que iria-nos esclarecer se é verdade ou não que a Junta de Freguesia assumiu o ónus de instalar na sua sede de Junta de Freguesia, o posto dos CTT de Riba de Ave? Se é verdade que vai contratar um funcionário para esse efeito, e se é verdade que a Câmara transferiu sessenta mil euros para esse fim? E se isso é verdade, como é que isso é compatível com a exigência de reversão dos CTT senhora Presidente de Junta? É isso! Agora vir aqui senhor Presidente, beneficiando do mesmo a exceção que foi

dada ao senhor deputado do grupo municipal do PSD, dizer o seguinte: se vamos aproveitar este palco para exercícios da mais pura demagogia, não beneficia esta casa e não beneficia os ribadavenses.” -----

--- **PRESIDENTE DE JUNTA DE RIBA DE AVE (SUSANA PEREIRA)** – disse:-----

--- “Se me é permitido eu explico: -----

--- O que o senhor deputado está a pedir, é verdade a transferência dos sessenta mil euros, a realização da obra, tudo a meu pedido, porque estávamos na iminência de que este serviço realmente deixasse de existir em Riba de Ave, e ele serve Riba de Ave e as freguesias vizinhas e vai passar a existir na Junta de Freguesia. Se conseguirmos reverter esta decisão junto do Governo, este serviço poderá sair da Junta de Freguesia. As obras a serem feitas lá, não são obras que deixem de ser utilizadas. A Junta de Freguesia precisa das obras de qualquer maneira, que como sabe, nós temos o espaço do cidadão e temos uma Junta de Freguesia aberta das nove horas da manhã às dezassete e trinta e até às vinte horas em alguns dias da semana. Não estamos a falar de uma Junta de Freguesia que tenha sofrido obras, nem no último mandato, nem no mandato anterior, nem no outro mandato. Por isso, não é nada de extraordinário. -----

--- Faz sentido que se peça na mesma junto do Governo a reversão desta decisão, assim como faz muito sentido que se faça pressão junto do Governo a reversão da decisão relativamente às escolas.” -----

--- *Posta à votação a moção apresentada pelo grupo municipal da CDU, foi a mesma aprovada por maioria, com treze votos a favor e cinquenta e cinco abstenções.* -----

--- *Posto à votação o voto de saudação e congratulação apresentado pelos grupos municipais do PSD e CDS-PP, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* -----

--- *Posto à votação o voto de protesto apresentado pelos grupos municipais do PSD e CDS-PP, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* -----

--- *Posto à votação o voto de protesto apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista, foi o mesmo rejeitado com cinquenta e quatro votos contra e catorze votos a favor.* -----

--- *Posto à votação o voto de congratulação apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista, foi o mesmo aprovado por unanimidade.*-----

--- *Posto à votação o voto de pesar apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista, foi o mesmo aprovado por unanimidade.*-----

--- *Posta à votação a moção apresentada pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda, foi a mesma rejeitada com cinquenta e dois votos contra e treze votos a favor.* -----

--- De seguida fez-se um minuto de silêncio pelo falecimento do senhor Daniel Fernando Oliveira Machado.-----

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da:---

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- **PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)**-----

--- **LUIS MONIZ (PS)** – disse:-----

--- “Aguardávamos que o senhor Presidente de Câmara pudesse ter alguma informação a dar-nos relativamente à situação dos CTT de Riba de Ave. Como não teve, iremos nós formular as devidas perguntas, porque entendemos que há aspetos por esclarecer.-----

--- Senhor Presidente, falamos aqui em demagogia no anterior período, porque querer juntar à situação do posto dos CTT de Riba de Ave que nada tem a ver com a atuação do Governo, misturar isto com desinvestimento e com uma decisão, essa sim do Governo, relativamente às escolas em Riba de Ave, pareceu-nos uma situação de demagogia para não dizer pior! Por isso, o que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal neste processo começaram por fazer, foi misturar esta situação com o suposto desinvestimento do Governo em Riba de Ave, uma situação que nos parece de desonestidade política.-----

--- Senhor Presidente depois deste primeiro exercício que tiveram sobre o posto dos CTT de Riba de Ave, emendaram a mão e decidiram que era melhor falarem com os CTT, pelo menos foi isso que veio veiculado, de que a Câmara teria procurado falar com os CTT relativamente ao posto de Riba de Ave. Mas parece que essa conversa foi uma conversa de desistir à primeira, porque o que devia ter sido uma posição de força da Câmara Municipal a exigir que o posto se mantivesse aberto, pelo menos enquanto o Governo e os deputados na Assembleia da República exigissem como já exigiram a ANACOM que verificassem se de facto os CTT estão a cumprir com o acordo de concessão que foi celebrado, não, a Câmara desiste à primeira, assume responsabilidades e a Junta de Freguesia assume

responsabilidades financeiras para, agora nesta Assembleia Municipal, vir dizer que se calhar era melhor reverter esta situação! -----

--- Senhor Presidente o que nós deveríamos ter tido, era uma postura de firmeza por parte da Câmara e por parte da Junta de Freguesia, e exigir que os CTT mantivessem o posto aberto, até que fosse esclarecido se era legítimo ou não a decisão do encerramento do posto dos CTT de Riba de Ave. E esta posição Sr. Presidente teria sido de facto a melhor. E o que eu lhe pergunto é: se concorda com o grupo municipal do PSD e com o grupo municipal do CDS-PP, que apresentaram nesta Assembleia Municipal uma decisão que nada tem a ver com a decisão que apresentaram na Câmara Municipal de hoje de manhã?” -----

--- **ARMINDO GOMES (CDS-PP)** – disse: -----

--- “Senhor deputado Luís Moniz, o senhor vem aqui sacrificar a senhora Presidente de Junta de Riba de Ave. O senhor deputado Luís Moniz não sabe o que é ser Presidente de uma Junta de Freguesia onde houveram tantas manifestações sobre o fecho dos correios. Aquela população precisa dos correios perto para receberem as suas reformas. A senhora Presidente de Junta é que está perto do povo, é que sabe os problemas que tem. Se aquilo fechar de vez, é muito melhor ter os CTT nem que seja provisório algum tempo até que o Governo reverta outra vez os CTT para aquela freguesia. -----

--- A respeito das escolas não me vou pronunciar, porque não sei o que é que se passa nas escolas. Mas um Presidente de Junta que está perto do povo, eu já estive desse lado daí, também tem muitas respostas a dar aos seus eleitores, aos seus fregueses, como se diz na gíria. Portanto, senhora Presidente de Junta, nós estamos de acordo com tudo que você aqui disse. -----

--- A proposta do PSD e do CDS-PP dos CTT mantemos a mesma proposta e a mesma posição enquanto os CTT, a nível nacional, não puserem os correios a funcionar em Riba de Ave.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Sobre as questões que o senhor deputado Luís Moniz aqui nos trouxe, só três ou quatro notas. A primeira para renovar tudo o que disse em relação ao Governo e em relação a Riba de Ave. Eu falei do Governo de Portugal e a relação que tem mantido com a comunidade de Riba de Ave. E situei o que estava a acontecer com os CTT no contexto o que aconteceu

noutras matérias, como é o dever de fazer uma leitura abrangente e que tem em devida conta aquilo que é a relação entre diferentes matérias que todas elas afetam Riba de Ave! -----

--- Olhe o que aconteceu com as escolas, a senhora Presidente de Junta já aqui falou sobre isso e de facto era importante que houvesse mais energia em torno deste *dossier* e não sentimos grande envolvimento de alguns partidos nesta matéria, mas cada um fala por si.----

--- Em relação à Caixa Geral de Depósitos, a Caixa Geral de Depósitos, que eu saiba, não é uma empresa privada! Encerrou o balcão em Riba de Ave! Não sei porquê encerrou o balcão em Riba de Ave! -----

--- As escolas estão prestes a encerrar se nada for feito em Riba de Ave! -----

--- As famílias de Riba de Ave têm que procurar escolas, não é noutras freguesias, é noutros concelhos para os seus filhos! Eu enquanto Presidente de Câmara não estou contente com isto! E sabem que a mim compete-me ajudar a nossa comunidade a encontrar as melhores soluções. E é pena que numa matéria tão sensível como é a educação, não haja maior consenso em torno destas matérias. Mas, porventura alguns preferem o exercício político ao combate pelas causas concelhias! -----

--- A decisão em relação aos CTT é situada neste contexto. E se é verdade que o Governo Português não tem um poder de direção sobre os CTT, não é menos verdade que o Governo Português, ou melhor, existe um sistema de controlo através de uma outra entidade administrativa independente que é a ANACOM, a quem compete regular a execução do serviço público. Como nós sabemos, o serviço postal não deixou de ser um serviço público! Simplesmente em vez de ser prestado por uma empresa pública ou pelo Estado como já foi no passado, é prestado por uma empresa privada. Essa é a única diferença! Há uma entidade que regula e que tem a competência para verificar se o contrato de concessão está ou não está a ser cumprido. E ao que sei, o grupo parlamentar do Partido Socialista, e bem, uma das primeiras decisões que tomou, foi, não sei se foi chamar a ANACOM, se foi fazer um requerimento à ANACOM sei que foi tomada uma atitude em relação à ANACOM e bem. Já passaram alguns meses, não sei o que aconteceu, nem sei se alguma vai acontecer! O que é facto é que agora não há nenhuma notícia acerca dessa questão sobre se os CTT estão ou não estão a cumprir o contrato de concessão! -----

--- A questão dos CTT ser uma empresa 100% privada, ou 40%, ou 60% privada, como já foi há uns anos atrás, na minha opinião não é uma questão tão relevante quanto isso, porque quando os CTT não era 100% privada, também encerraram balcões, dezenas de balcões em todo o país! Alguns em Famalicão, os casos concretos de Delães e de Nine! Estão aqui autarcas dessas freguesias e sabem que nessa altura os balcões foram encerrados, os CTT não eram 100% privados e, portanto, o que está em causa sempre não é o facto do capital ser 100% privado, ou não ser 100% privado! O que está em causa é uma decisão estratégica de uma empresa chamada CTT, ponto final! Que na nossa opinião é errada. E não é só errada na lógica económica da empresa, é errada porque estamos a falar de uma comunidade! Não é uma comunidade que precise de caridade das empresas! Riba de Ave não precisa de caridade de ninguém senhores deputados! Riba de Ave precisa de investidores e precisa de entidades que deem o real valor àquela comunidade! Achamos que é uma comunidade com vitalidade e pode perfeitamente continuar a desenvolver-se como se tem desenvolvido. E o que nós dissemos e mantemos, é que a estação dos CTT aparece num contexto de outras decisões e que todas elas afetam Riba de Ave! -----

--- Quanto à trajetória da nossa intervenção nesta matéria, a Câmara Municipal com a Junta de Freguesia o que procurou foi primeiro criar condições para reverter esta decisão. E senhores deputados foram dezenas de decisões, que eu saiba nenhuma reverteu! Se me dissesse assim: não reverteu Famalicão, mas reverteu Vila Franca de Xira, ou reverteu Oeiras! Não reverteu nenhuma decisão! Não reverteu nem uma das decisões! E o que está em cima da Mesa é um encerramento! E portanto, se não houver uma alternativa, o balcão dos CTT sai de Riba de Ave, ponto. Eu enquanto Presidente de Câmara, compete-me continuar a olhar pelos interesses da nossa comunidade, a defender convictamente aquilo em que penso, mas acima de tudo a criar soluções para as pessoas. Essa é que é a diferença entre quem governa e quem faz oposição! É que quem governa, mais do que ter opinião sobre as matérias, tem que tomar decisões para as pessoas. Tem que evitar a circunstância muito desagradável de um dia encerrar o balcão e não haver alternativa! Ou então, encerrar o balcão e o serviço é prestado numa papelaria, ou num quiosque, ou numa oficina, ou num restaurante, não sei, num privado como acontece noutros casos! E que eu não desejo que aconteça em Famalicão! Não sei se os senhores deputados desejam? Eu não desejo! Uma

coisa é certa, senhores deputados, se a senhora Presidente de Junta não fosse tão corajosa, porque a expressão coragem faz sentido aqui, em assumir uma competência, mais uma para a Junta de Freguesia, o que nós tínhamos no futuro próximo, era porventura o encerramento que me parece inevitável, e vocês bem sabem disso, daquele balcão dos CTT, e a entrega daquele serviço a um privado! Eu pergunto, em que situação ficava a população? A minha convicção é que ficava inevitavelmente pior do que ficará com esta solução!-----

--- E dizem os senhores deputados: então nós aqui aprovamos há pouco, que eu saiba, por unanimidade! Pelo que eu percebi, foi aprovada por unanimidade um protesto em relação à decisão dos CTT! E nesse protesto que foi aprovado por unanimidade, proposto por duas bancadas, mas aprovado por unanimidade, pelo que eu percebi, estava incluído a ideia de que esta decisão devia ser revertida. Como a senhora Presidente de Junta já aqui disse e bem, não há mal nenhum senhores deputados, se nós fizermos a intervenção que vamos fazer com a Junta de Freguesia, se nós alojarmos na Junta de Freguesia os serviços dos CTT como serão alojados, e se daqui por uns meses ou uns anos, houver uma reversão desta decisão, qual é o problema? Ou melhor, qual é a alternativa? É não fazermos nada? Dizermos umas coisas sobre os assuntos e vamos para casa descansados como se o problema estivesse resolvido? Não! A alternativa é sermos pragmáticos, encontrarmos uma solução para o problema das pessoas. Acima de tudo resolvermos os problemas das pessoas. É esta a nossa grande preocupação. E é por isso que vamos conceder este apoio à Junta de Freguesia, para que se faça uma intervenção na infraestrutura física que fica no edifício, senhores deputados! A obra que vamos fazer não é uma obra que se vai perder se amanhã saírem de lá os CTT! Fica lá! E como a senhora Presidente aqui disse e bem, a Junta precisa de espaço. Tem o espaço cidadão, tem muitos outros serviços! E é por acaso um edifício que tem uma dimensão aquém daquelas que são as necessidades relativamente às valências que estão incorporadas neste edifício. Portanto, não se perde nada senhores deputados, pelo contrário, ganha-se uma solução! E o que nós queremos é ganhar soluções. Agora, não é porque encontramos esta solução, que vamos desviar a nossa vocação reivindicativa! O que aqui foi aprovado, nós revemo-nos inteiramente com esta manifestação de protesto e com este desejo vincado de que a situação se reverta.” -----

--- **LUIS MONIZ (PS)** – disse: -----

--- “Relativamente ao exercício que o senhor Presidente de Câmara teve, eu percebo a intenção política, eu percebo até a intenção partidária subjacente à sua intervenção, procurando pôr tudo no mesmo saco, e dizer que a situação relativamente às escolas que é exatamente igual à dos CTT, porque é tudo culpa do Governo e foi o Governo que teve a intervenção nesse encerramento! Percebo! Não é sério, mas percebo! Mas, senhor Presidente, do que disse, eu acho que era muito importante nós esclarecermos aqui dois pontos:-----

--- De facto, os CTT até ao momento, que eu tenha conhecimento, não reverteu ainda nenhuma decisão! Mas também é verdade que não conheço ninguém que tenha assumido o mesmo tipo de compromisso que a Câmara de Famalicão assumiu. E por quê, porque estão a procurar junto dos CTT reverter a situação! E preferem aguardar e ver até que ponto é que conseguem reverter essa situação e não ceder à primeira e transferir um ónus para a Junta de Freguesia, que a Junta de Freguesia não deveria ter! -----

--- Senhor deputado Armindo Gomes, se há aqui um cuidado que eu tenho, é de não ferir ninguém, nem atacar pessoalmente ninguém, eu nunca o farei, muito menos farei à senhora Presidente de Junta de Riba de Ave, que me merece o melhor respeito. E não fiz nenhuma intervenção que a prejudicasse. Por isso, senhor deputado lamento dizer-lhe, mas não mereço as palavras que me dirigiu.-----

--- Mas este aparte para lhe dizer senhor Presidente de Câmara, que o ónus que está a passar para a Junta de Freguesia é um ónus, o senhor Presidente deveria saber, que já muitas freguesias que assumiram esse encargo estão a reverter essa decisão! Como é o caso da Junta de Freguesia das Caldas das Taipas, por exemplo, que tinha assumido esse ónus e que agora não renovou essa concessão, porque está a ser prejudicial para as contas da freguesia! E há aqui a importância dos 100% privado e de ser 100% privado os CTT, é que a Junta de Freguesia está-se a substituir a uma empresa de 100% de capitais privados e a assumir um ónus que não deveria assumir! Está a privilegiar o lucro dos CTT e a prejudicar as contas de Riba de Ave! Isso é que não é legítimo nem é sério nesta altura, porque à custa de ter que contratar mais um funcionário, à custa de ter que fazer obras na sua freguesia, está a evitar poder fazer outras obras necessárias para as freguesias, para assumir um ónus e um encargo

que não deveria ser da Junta de Freguesia! E aí é que tem toda a relevância, o facto de ser de 100% de capitais privados! Senhor Presidente e aí estamos em total desacordo.-----

--- A Junta de Riba de Ave só em último rácio devia assumir este encargo, não é desistir à primeira, ao contrário do que todas as freguesias têm feito e todas as Câmaras no concelho e no país.”-----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Sem querer desmerecer esta questão dos CTT de Riba de Ave e com a qual estamos profundamente solidários e achamos que realmente é uma questão que interessa ao concelho, não só á população Riba de Ave, mas a todo o concelho, a toda a comunidade, mas, puxando a brasa à sardinha com que iniciei a minha intervenção aqui nesta Assembleia Municipal, eu gostaria de perguntar ao senhor Presidente de Câmara se, e visto que foi rotundamente chumbada a proposta do Bloco de Esquerda relativamente à regularização dos vínculos precários no município, se por vezes não sente algum desconforto quando assina contratos de prestação de serviços ou de avenças, recorrentemente para assuntos, para tarefas, para funções, que sabe, tem consciência, que são necessidades permanentes do município? Basta abrir a página eletrónica dos contratos públicos *online* e encontra-se recorrentemente contratos de prestações de serviço, de avença, subscritos pelo senhor Presidente de Câmara com famalicenses muitas vezes, ou pelo menos pessoas que prestam serviço ao município de Famalicão e que se veem contratados por prestar serviços por “x” dias, 365, 730, seja lá o que for, e se perante esta possibilidade que o Governo de agora criou também junto das autarquias, de alguma forma, permitir que esses trabalhadores tenham uma vida mais estável e alguma certeza quanto ao seu futuro profissional, se não sente algum engulho quando celebra esses contratos?” -----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

--- “Senhor Presidente de Câmara, duas ou três questões muito breves e sucintas da qual espero da vossa parte respostas concretas às mesmas.-----

--- Há bocado falou relativamente à Junta de Riba de Ave do espaço cidadão e eu lembrei-me da loja do cidadão. Gostaria de saber do ponto da situação. Se a Câmara continua a pagar renda, se sim, a quem e quanto? Acho que temos todo o direito de saber e gostaríamos de saber. -----

--- Outra pergunta muito breve: em novembro de 2016, na altura aqui nesta Assembleia, eu perguntei a V.^a Exa relativamente a uma situação de alteração do ecocentro de Esmeriz. Na altura, fui informado que o mesmo tinha deixado de permitir a entrega de entulho. Na altura V.^a Exa me disse que era um encerramento temporário e que iria rapidamente ser resolvido. Ora, eu numa visita pessoal há relativamente pouco tempo, constatei que a situação se mantém. Portanto a questão da resolução temporária, não sei qual é sua noção de temporário? Alerto mais uma vez se a Câmara pensa resolver essa situação junto da empresa? Alerto que até para a Câmara que uma das preocupações é a questão ambiental e muitos cidadãos particulares se deslocam a esse ecocentro para colocarem lá entulho de obras particulares que fazem, se neste momento que a Câmara Municipal está a convidar, é com o intuito que seja colocado em qualquer espaço e acho que isso em termos ambientais é tudo. Mais uma vez espero que o temporário seja relativamente rápido. -----

--- Mais uma pergunta para terminar, aqui nas informações do senhor Presidente, enumera uma série de apoios às freguesias. Eu gostaria de saber se além destes que aqui são enunciados, há mais algum apoio que alguma Junta de Freguesia pediu e que não foi contemplada?-----

--- **ARMINDO GOMES (CDS-PP)** – disse: -----

--- “Senhor deputado Luís Moniz, o que eu disse e queria que ficasse bem claro, o senhor discorda do investimento que a Junta de Freguesia vai fazer, na situação, provavelmente será provisória dos CTT, uma vez que V.^a Exa está ligado ao Partido Socialista e fala com tanta convicção, esperemos bem que os CTT volte a Riba de Ave. Não disse que o senhor estava contra a senhora Presidente de Junta, estava contra este investimento, o que eu disse da senhora Presidente de Junta é que está junta do povo, dos eleitores e dos moradores de Riba de Ave e tem que os servir, se não quem é castigada é ela! Toda a gente que vai de volta da Junta, de volta da casa dela a chatear a senhora Presidente que não tem onde levantar as cartas ou as próprias reformas! Foi isso que eu quis dizer senhor deputado Luís Moniz.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Paulo Costa, aliás na sequência de uma proposta que aqui foi apresentada no período de Antes da Ordem do Dia, devo dizer o seguinte ao senhor deputado: há um regime legal que foi aprovado recentemente em

Assembleia da República e que a Câmara Municipal a cumprir. Eu vou-lhe explicar porquê. O regime tem algumas premissas, uma delas tem a ver com a longevidade do vínculo, nomeadamente tarefa ou avença, a outra tem a ver com o facto de corresponder a necessidades permanentes. O que nós fizemos, e já levamos a reunião de Câmara e foi aprovada em reunião de Câmara, é uma proposta exatamente para a adesão a 100%. Ou seja, todas as pessoas que tenham uma relação contratual com a Câmara Municipal, que do ponto de vista do tipo do contrato se enquadre naquilo que a lei prevê e do ponto de vista da relação de permanência que também se enquadre, todas as pessoas vão ser objeto deste processo de regularização que é tipo um concurso interno, que sabe como é que funciona. A Câmara Municipal não fez nenhuma escolha senhor deputado! Não escolheu 10, ou 20, ou 30! O que a Câmara Municipal fez foi permitir que 100% dessas pessoas pudessem estar nesse regime. -----

--- Senhor deputado Paulo Pinto, a loja do cidadão. O contrato está em vigor, está a ser cumprido. O ecocentro de Esmeriz é um espaço que é da responsabilidade da Resinorte. A Resinorte descontinuou esse serviço. Nós estamos junto da ERSAR a perceber em que circunstâncias é que isso possa agora ser resolvido. -----

--- Quanto à questão dos apoios às freguesias, senhor deputado, convença-se que eu não consigo saber se além destes, há mais 20, ou mais 30, ou mais 40. Como imagina eu não tenho esse saber enciclopédico que gostaria de ter.”-----

--- **DANIEL SAMPAIO (CDU)** – disse: -----

--- “Eu esperei pelo final da discussão do ponto, para de alguma forma antecipando na próxima informação do senhor Presidente de Câmara, se me for permitido, porque encaixa bem no dia que hoje foi e é, relativamente à sessão evocativa organizada pela Câmara Municipal, de encerramento das comemorações do centésimo aniversário do Dr. Lino Lima, grande vulto do universo famalicense e proeminente militante do Partido Comunista Português.-----

--- Queremos agradecer, sentidamente, a todos quantos orientam a sua contribuição em prol das liberdades cívicas e políticas, de modo vincado ao senhor Presidente de Câmara, pela sua responsabilidade pessoal na realização desta iniciativa, a todos quantos se associaram ao

evento referido e de forma especial, volto a dizê-lo, ao senhor Presidente de Câmara, o reconhecimento da CDU. “-----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

--- “Senhor Presidente relativamente aos pedidos das Juntas de Freguesia, que eu saiba, todos os pedidos são registados com o número de GSE. Eu gostaria de saber se nos poderá disponibilizar a listagem dos pedidos que entraram nos serviços da Câmara. Certamente o senhor Presidente não deverá saber, mas o senhor Vereador responsável pelo pelouro terá essa informação que nos poderá fazer chegar.-----

--- Relativamente à loja do cidadão já me confirmou que se continua a pagar a renda, mas só me respondeu a uma parte da pergunta. Eu gostaria de saber quanto e a quem?” -----

--- **SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA FACOL – FARIA & COELHO, LDA, COM SEDE NO LUGAR DO CALVÁRIO, 2-A, NA FREGUESIA DE SERZEDELO, DO CONCELHO DE GUIMARÃES, NO MONTANTE DE 400.000.00€, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA FACOL – FARIA & COELHO, LDA, COM SEDE NO LUGAR DO CALVÁRIO, 2-A, NA FREGUESIA DE SERZEDELO, DO CONCELHO DE GUIMARÃES, NO MONTANTE DE 400.000.00€, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.**

--- **TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA REQUERENTE MEMÓRIA MAGMA, S.A., COM A MORADA DA**

EXPLORAÇÃO NA RUA DO CONDE, N.º 102, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE (S. COSME), TELHADO E PORTELA, CONCELHO DE V. N. DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- DANIEL SAMPAIO (CDU) – disse: -----

--- “Senhor Presidente, a CDU teve o cuidado de ir consultar as populações relativamente a este projeto, as populações vizinhas e verificou o seguinte: já há um histórico relativamente a queixas das populações relativamente à instalação desta unidade agropecuária. Entretanto ficou parada, na reativação continuam a ter as mesmas queixas, ou seja, lembrando as escorrências para o regato que desagua no rio Pelhe, maus cheiros e proliferação de moscas no verão e proximidade de uma unidade de estabelecimento de ensino a Didáxis, a cerca de 500 metros. Nesta linha, aguardando que entretanto possam ser dirimidos estes problemas, a CDU de forma cautelar, vai votar contra a aprovação desta proposta.” -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA RELATIVAMENTE AO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA REQUERENTE MEMÓRIA MAGMA, S.A., COM A MORADA DA EXPLORAÇÃO NA RUA DO CONDE, N.º 102, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE (S. COSME), TELHADO E PORTELA, CONCELHO DE V. N. DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E DOZE ABSTENÇÕES. -----

--- QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL A PRETENSÃO DA REQUERENTE MIROMA - SERVIÇOS E GESTÃO DE PARTICIPAÇÃO, LDA, COM SEDE NA TRAVESSA ALFERES MALHEIRO, N.º 99-4.º TRASEIRAS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CEDOFEITA, SANTO ILDEFONSO, SÉ, MIRAGAIA, SÃO NICOLAU E VITÓRIA, CONCELHO DO PORTO, PARA CONSTRUÇÃO DE SPA, DE APOIO A UM EMPREENDIMENTO TURÍSTICO CONSTITUÍDO POR HOTEL RESORT E SPA, SITO NA AVENIDA DO AZIVEIRO, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE (S.

COSME), TELHADO E PORTELA, DESTE CONCELHO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL A PRETENSÃO DA REQUERENTE MIROMA - SERVIÇOS E GESTÃO DE PARTICIPAÇÃO, LDA, COM SEDE NA TRAVESSA ALFERES MALHEIRO, N.º 99-4.º TRASEIRAS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CEDOFEITA, SANTO ILDEFONSO, SÉ, MIRAGAIA, SÃO NICOLAU E VITÓRIA, CONCELHO DO PORTO, PARA CONSTRUÇÃO DE SPA, DE APOIO A UM EMPREENDIMENTO TURÍSTICO CONSTITUÍDO POR HOTEL RESORT E SPA, SITO NA AVENIDA DO AZIVEIRO, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE (S. COSME), TELHADO E PORTELA, DESTE CONCELHO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.-----

--- QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 33º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TOMAR CONHECIMENTO E APROVAR, PARA EFEITOS DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO DA RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA À PRESENTE PROPOSTA E QUE POR ECONOMIA E BREVIDADE, AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA, PASSANDO AS MESMAS ASSIM A INTEGRAR O INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 33º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TOMAR CONHECIMENTO E APROVAR, PARA EFEITOS DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO DA RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA À PRESENTE PROPOSTA E QUE POR

ECONOMIA E BREVIDADE, AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA, PASSANDO AS MESMAS ASSIM A INTEGRAR O INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

--- SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DENÚNCIA DO ACORDO DE EXECUÇÃO E DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS ANTERIORMENTE CELEBRADOS NESTAS MATÉRIAS, AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE ACORDOS DE EXECUÇÃO, AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO “ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS” E “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE SERVIÇO DE CÓPIAS”, DE IGUAL VALOR, PARA OS ANOS 2019, 2020 E 2021, EFETUAR OS PAGAMENTOS RESULTANTES DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DE ACORDO COM AS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO E DESDE QUE SE VERIFIQUE A EXISTÊNCIA DE FUNDOS DISPONÍVEIS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DENÚNCIA DO ACORDO DE EXECUÇÃO E DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS ANTERIORMENTE CELEBRADOS NESTAS MATÉRIAS, AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE ACORDOS DE EXECUÇÃO, AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO “ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS” E “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE SERVIÇO DE CÓPIAS”, DE IGUAL VALOR, PARA OS ANOS 2019, 2020 E 2021, EFETUAR OS PAGAMENTOS RESULTANTES DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DE ACORDO COM AS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO E DESDE QUE SE VERIFIQUE A EXISTÊNCIA DE

FUNDOS DISPONÍVEIS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESEMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – solicitou a aprovação de todas as deliberações ali tomadas em minuta de ata, o qual foi aceite unanimemente. -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

--- Para este período não houve inscrições e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às vinte e três horas. -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

-----**O SECRETÁRIO** -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

--- Uma moção apresentada pelo grupo municipal da CDU; -----

--- Um voto de saudação e congratulação apresentado pelos grupos municipais do PSD e CDS-PP; -----

--- Um voto de protesto apresentado pelos grupos municipais do PSD e CDS-PP; -----

--- Um voto de protesto apresentado pelo grupo municipal do PS; -----

--- Um voto de congratulação apresentado pelo grupo municipal do PS; -----

--- Um voto de pesar apresentado pelo grupo municipal do PS; -----

--- Uma moção apresentada pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda; -----

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco e seis; -----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, dois, três, quatro, cinco e seis. -----